

**FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO
HARMONIZADO DE OBRIGAÇÕES - SANTANDER
MULTICRÉDITO**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO
EM 30 DE JUNHO DE 2022

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

<u>CONTEÚDO</u>	<u>PÁGINA</u>
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	17
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES SANTANDER MULTICRÉDITO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	22
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES SANTANDER MULTICRÉDITO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	25
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES SANTANDER MULTICRÉDITO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022	27
VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022	29
Nota 1 – Capital do Fundo.....	30
Nota 3 – Carteira de Títulos.....	31
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos.....	33
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial.....	35
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro	36
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	36
Nota 15 – Custos Imputados	37
Nota 17 – Factos relevantes.....	37

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Santander Multicrédito

Enquadramento Macroeconómico**Economia Internacional**

A dinâmica económica, no primeiro semestre de 2022, esteve indubitavelmente afetada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, no dia 24 de fevereiro, iniciando um conflito que teve graves repercussões sobre a economia mundial, ao conduzir a uma subida pronunciada dos preços da energia e das

Crescimento Económico Mundial

	2021	2022P	2023P
Mundo	6,1	3,2	2,9
Países Avançados	5,2	2,5	1,4
EUA	5,7	2,3	1,0
UEM	5,4	2,6	1,2
Reino Unido	7,4	3,2	0,5
Japão	1,7	1,7	1,7
Países em Desenvolvimento	6,8	3,6	3,9
África	4,6	3,8	4,0
Ásia	7,3	4,6	5,0
China	8,1	3,3	4,6
Europa de Leste	6,7	-1,4	0,9
Médio Oriente	5,8	4,8	3,5
América Latina	6,9	3,0	2,0
Brasil	4,6	1,7	1,1

Fonte: FMI (julho de 2022)

matérias-primas, os quais já vinham com uma trajetória de subida desde meados de 2021. Assim, um ano que se perspectivava de plena recuperação do choque pandémico veio a ser afetado por um segundo choque de oferta, com a consequente deterioração das condições económicas e cujos principais efeitos poderão sentir-se mais marcadamente em 2023.

O segundo choque de oferta provocado pela guerra traduziu-se numa aceleração pronunciada da inflação, que registou, no Verão de 2022, máximos de quase quatro décadas, resultando num duplo impacto: (i) uma intervenção mais musculada pelos bancos centrais, com uma subida mais rápida e mais pronunciada das taxas de juro de referência; e (ii) uma deterioração do poder de compra das famílias, com impacto sobre a sua despesa, além do agravamento dos encargos com energia e matérias-primas para as empresas.

Em resultado, assistiu-se, ao longo do segundo trimestre, a uma deterioração da confiança dos agentes económicos, acompanhada de uma revisão em baixa das projeções de crescimento, tanto para 2022, como em especial para 2023.

O Fundo Monetário Internacional, nas projeções de julho do “World Economic Outlook”, incorporou precisamente esses riscos, antecipando uma desaceleração pronunciada da atividade, em especial nas economias desenvolvidas, para 2023, com crescimento abaixo do potencial.

Os riscos estão enviesados em baixa, e associados, na Europa, a um corte total do fornecimento de gás russo a algumas economias, em especial a Alemanha.

Nos EUA, a economia contraiu já em cada um dos dois primeiros trimestres do ano, embora afetada por redução de existências e por contributos negativos das exportações líquidas. O consumo privado manteve algum dinamismo, embora progressivamente afetado pela subida dos preços e consequente redução do poder de compra. O mercado laboral manteve-se bastante dinâmico, com criação líquida de emprego e a estabilidade da taxa de desemprego em redor de 3.5%.

A aceleração da inflação (que atingiu um máximo de 9,1% em junho) requereu uma intervenção mais rápida por parte da Reserva Federal, que iniciou o ciclo de subida de taxas em março e posteriormente acelerou o ritmo de subida, tendo em julho subido as taxas em 75pb, a maior subida desde 1994.

A zona euro é a região mais afetada pela guerra, considerando sobretudo a maior dependência energética face à Rússia, com os consequentes efeitos decorrentes da redução na oferta e da subida dos preços. Os indicadores de curto prazo começaram a evidenciar uma mais pronunciada desaceleração da atividade, em especial com riscos para o segundo semestre do ano. Contudo, o mercado laboral também permaneceu dinâmico, com a taxa de desemprego em mínimos históricos.

O Banco Central Europeu, em março, comunicou que iria iniciar a progressiva normalização da política monetária, começando pelo término do Programa de Emergência Pandémica de aquisição de ativos (PEPP), no final do primeiro trimestre, e posterior término do programa de aquisição de ativos financeiros (APP), em outubro, após o que se iniciaria a subida das taxas de juro de referência.

A mais rápida aceleração da inflação, que atingiu um máximo de 8,9% em julho (e com alguns países já com inflação nos dois dígitos), levou o BCE também a acelerar o ritmo de subida de taxas, tendo em julho subido as taxas de juro de referência em 50pb, colocando a taxa de refinanciamento em 0,5% e a taxa de depósito em 0%, assim pondo termo a um longo período de taxas de juro negativas. Em junho o BCE havia sinalizado uma subida de 25pb, mas teve de agir em função da dinâmica inflacionista e como forma de evitar a materialização de efeitos de segunda ordem.

Nos mercados emergentes, a atividade iniciou igualmente uma dinâmica de desaceleração, fruto da conjugação de vários fatores.

Por um lado, as perturbações nas cadeias de valor ainda causadas pela pandemia na China, com a aplicação de *lockdowns* em resposta a surtos de Covid-19. Na China, ainda, subsistiram problemas no mercado imobiliário, afetando o investimento.

Por outro lado, os riscos decorrentes das perturbações no fornecimento de matérias-primas alimentares, em especial cereais, na medida em que os dois países em conflito são dos principais produtores mundiais de cereais. Acrescem os efeitos da subida dos preços.

Adicionalmente, os efeitos que a subida das taxas de juro, em especial as do dólar norte-americano, têm sobre os custos de financiamento para as economias emergentes.

Como referido, no primeiro semestre de 2022, o enquadramento da política monetária sofreu uma alteração profunda, com o término do período de taxas de juro negativas, em particular na zona euro.

Nos EUA, a Reserva Federal deu primazia ao objetivo de estabilidade dos preços, em detrimento da atividade económica, mantendo uma orientação de subida de taxas de juro, apesar dos riscos negativos para a atividade económica.

Na zona euro, o BCE, depois da antecipação das subidas em julho, continuou a sinalizar a necessidade de subida das taxas de juro de referência, mas a decisão estará dependente da informação disponível à data de cada reunião.

Em resultado, as taxas de juro de curto prazo de mercado atingiram níveis não observados desde há vários anos. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses aproximou-se dos 3%, o que não ocorria desde antes da Grande Crise Financeira (GFC), de 2008.

Na zona euro, a taxa Euribor 3 meses aproximou-se, em agosto, dos 0.5%, o nível mais elevado desde 2011 e que terminou efetivamente o período de taxas de juro negativas que vigorou desde 2015.

A aceleração da inflação e a intervenção dos bancos centrais influenciou, também, a dinâmica das taxas de juro de longo prazo, num movimento que se caracterizou inclusive por alguma volatilidade.

Nos EUA, a yield a 10 anos ultrapassou os 3%, e a curva de rendimentos inverteu entre os 10 anos e os 2 anos, o que não ocorria desde antes da GFC. Uma inversão da curva de rendimentos é tradicionalmente identificada como indicador avançado de um posterior período recessivo.

Na zona euro, as yields também subiram, em resultado da aceleração da inflação e do término dos programas de aquisição de ativos. Contudo, a dinâmica foi diferenciada entre países, com uma subida mais pronunciada para os países periféricos, em especial Itália.

Para assegurar a normal transmissão da política monetária, em julho, o BCE anunciou a criação do “Instrumento de Proteção da Transmissão”, que será utilizado em casos onde movimentos indesejados e desordenados dos mercados possam colocar em causa a transmissão da política monetária na zona euro. A decisão de utilização cabe ao BCE, sendo que os países alvo da intervenção devem cumprir um conjunto de critérios, relacionados com a não existência de um procedimento de défices excessivos, a ausência de desequilíbrios macroeconómicos e a sustentabilidade das contas públicas.

Economia Portuguesa

Em Portugal, a atividade económica revelou um maior dinamismo no início do ano, em parte fruto de efeitos de base relacionados com as vagas pandémicas (em 2021, no primeiro trimestre tinha havido um novo confinamento geral). Contudo, nos três primeiros meses de 2022, assistiu-se a um crescimento em cadeia generalizado, o que (i) permitiu que a economia quase recuperasse os níveis pré-pandemia e (ii) deixava perspetivas favoráveis para o crescimento no conjunto do ano de 2022.

Dados Macroeconómicos

	2021	2022P	2023P
PIB	4,9	6,9	1,0
Consumo Privado	4,5	4,8	-0,6
Consumo Público	4,1	2,7	3,3
Investimento	7,9	-1,1	0,7
Exportações	13,1	20,5	2,9
Importações	13,1	11,4	1,5
Inflação média	1,3	7,5	3,7
Desemprego	6,6	6,4	6,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,8	-1,5	-0,9
Dívida pública (% do PIB)	127,4	118,2	115,6
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	0,7	0,3	0,5

Fonte: INE, Banco de Portugal, Min. Finanças; Previsões: BdPe Estudos Santander Portugal

O cenário de guerra e a subida dos preços da energia e das matérias-primas vieram alterar o enquadramento, tendo a atividade já contraído marginalmente no segundo trimestre (-0,2%), embora com um crescimento de 6,9% face ao mesmo período do ano passado.

Esta desaceleração homóloga foi explicada por um menor contributo do consumo privado e investimento, que terão começado a sofrer os efeitos das subidas de preços.

Já a procura externa teve um contributo positivo para o crescimento, fruto em grande medida da recuperação da atividade turística, que, em algumas regiões, recuperou, ou mesmo ultrapassou, o volume de turistas observado antes da pandemia, em especial em termos de não residentes.

Esta recuperação deverá ser um fator marcante, em particular durante os meses, de verão, contribuindo para mitigar os efeitos adversos da guerra em curso na Ucrânia.

Em julho, a inflação acelerou para 9,1%, um máximo desde 1992, o que coloca pressão sobre os orçamentos familiares, fator ao qual acresce o impacto da subida das taxas de juro, em especial no crédito à habitação.

Contudo, as famílias beneficiam de uma situação de pleno emprego, com a taxa de desemprego a situar-se em 5,7%, no final do segundo trimestre. Adicionalmente, ainda dispõem da poupança acumulada durante o período da pandemia, com o volume de depósitos das famílias em níveis máximos. A taxa de poupança retrocedeu face aos máximos de 2021, mas permanecia ainda em 8,3% no final do primeiro trimestre.

A conjuntura económica, no decurso do 2.º trimestre de 2022, caracterizou-se por uma diminuição do indicador de clima económico, decorrente de uma queda expressiva da confiança no setor de Construção e Obras Públicas, apesar da subida nos setores da Indústria Transformadora e de Comércio e Serviços.

Na Indústria Transformadora, a melhoria de confiança ao longo deste período deveu-se ao contributo positivo das perspetivas de produção, mitigando os impactos negativos relativos à evolução da procura interna e externa. No setor da Construção, a forte queda da confiança deveu-se ao contributo negativo da carteira de encomendas e das perspetivas de emprego. No Comércio, o aumento da confiança resultou da melhoria relativa ao volume de vendas e das perspetivas de atividade da empresa, mitigado pela deterioração das apreciações sobre o volume de stocks. Nos Serviços, o aumento da confiança deveu-se à apreciação positiva relativa à atividade da empresa, que mais do que compensou o contributo negativo sobre a evolução da carteira de encomendas e perspetivas de evolução da procura.

O endividamento do setor privado não financeiro reduziu-se para 197% do PIB (-6pp face ao 1T21), no primeiro trimestre, fruto da redução quer do endividamento das empresas (em 4pp, para 129%) e das famílias (em 2pp, para 68% do PIB).

A dívida pública também se reduziu, neste período, em 9pp, para 126.7% do PIB.

Apesar da maior complexidade do contexto macroeconómico, a expansão da atividade, juntamente com a subida dos preços, refletiu-se num maior crescimento da receita fiscal. Assim, a junho, o saldo das Administrações Públicas, na ótica da contabilidade pública, traduziu-se num excedente 1,1 mil milhões de euros, destacando, por um lado, o crescimento da receita (+20%) e a redução da despesa em 1.7%.

Como referido anteriormente, a dinâmica das taxas de juro de financiamento da República refletiu as dinâmicas de mercado e a atuação do Banco Central Europeu. A yield dos 10 anos subiu até 2,3%, um acréscimo de 182pb face ao valor de final de 2021.

A notação de risco da República atribuída pelas agências S&P, Fitch e Moodys é de BBB (positivo), BBB (estável) e Baa2 (estável), respetivamente. A agência DBRS mantém o rating BBB high (positivo).

Política de investimento

Durante o primeiro semestre de 2022, o fundo manteve uma estratégia de investimento flexível, que permite uma maior exposição a emissores de *high yield* e de mercados emergentes, bem como a moedas, com um período de investimento médio-longo. Tanto a estratégia quanto a alocação de ativos são realizadas com base em análises macroeconómicas e fundamentais, investindo em ativos que oferecem maior potencial de valorização em termos relativos.

No final do semestre, a exposição a risco cambial era de 2,1% do fundo em USD (1,6% no final de 2021) e 1,6% em JPY (1,0% no final de 2021). Em termos de risco de taxa de juro, o fundo tinha, ao final de junho, uma *duration* baixa (1,30 vs. 1,62 no final de 2021), antecipando possíveis aumentos das taxas de juro de mercado. No que respeita aos diferentes mercados de crédito em que pode

investir, o fundo acabou o semestre com uma exposição a obrigações *Investment Grade* de 53% da carteira (52,8% denominada em EUR e 1% em USD), 26% da carteira em *High Yield* (31% no final de 2021) e 1% (2% em 2021) em emissores de mercados emergentes.

Do ponto de vista do mercado, o primeiro semestre de 2022 teve o pior desempenho de taxa fixa das últimas décadas devido à alta inflação e às expectativas de aumentos de taxas por parte dos Bancos Centrais para combatê-la. Assim, por exemplo, a *Yield* alemã a 10 anos encerrou o semestre em 1,33%, mas com mínimo de -0,12% em janeiro e máximo de 1,77% em junho. Os spreads de crédito de emissores com notação de investimento em euros também tiveram um comportamento negativo durante os últimos meses, passando de uma média de 98 pontos base (bp's) no final do ano para 211 no final do primeiro semestre de 2022. Os spreads dos emissores com *rating high yield* seguiram um padrão semelhante, ampliando 310 bp's durante o primeiro semestre do ano para atingir 641 pontos base.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respetivo valor unitário das mesmas nos últimos 10 anos foi a seguinte:

Classe A

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2012	1 408 156	5,0447
2013	3 512 508	5,2182
2014	13 268 967	5,3057
2015	9 809 928	5,3069
2016	18 325 659	5,3701
2017	41 503 474	5,4163
2018	37 532 893	5,2922
2019	35 608 395	5,3909
2020	36 598 707	5,3731
2021	32 562 128	5,3254

Em 30 de junho de 2022, o valor líquido global do Fundo da classe A ascendia a 144 746 158,16 euros, repartidos por 28 742 112 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 5,0360 euros.

Classe C

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2018	2 906 842	4,9293
2019	2 906 843	5,0484
2020	2 906 843	5,0592
2021	2 906 843	5,0414

Em 30 de junho de 2022, o valor líquido global do Fundo da classe C ascendia a 13 895 496,33 euros, repartidos por 2 906 843 unidades de participação, sendo o valor unitário de cada unidade de participação de 4,7803 euros.

Performance

A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Classe A

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2010	-3,35%	2,31%	2
2011	-2,15%	2,96%	2
2012	3,80%	1,93%	2
2013	3,45%	0,96%	2
2014	1,68%	1,14%	2
2015	0,03%	1,15%	2
2016	1,19%	1,08%	2
2017	0,86%	1,00%	2
2018	-2,29%	0,97%	2
2019	1,86%	0,66%	2
2020	-0,33%	2,77%	2
2021	-0,89%	3,65%	3

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade da classe A é de -6,02% e a classe de risco é de 3 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Classe C

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
2019	2,41%	0,66%	2
2020	0,21%	2,77%	2
2021	-0,35%	3,65%	3

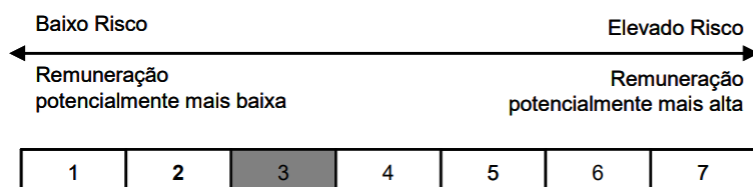
Fonte: APFIPP e SAM SGOIC

À data de 30 de junho de 2022, a rendibilidade da classe C é de -5,51% e a classe de risco é de 3 (dados referentes aos últimos 12 meses).

Nota:

- O Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Multicrédito alterou a política de investimento a 6 de setembro de 2021;

- As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- De referir que foram criadas duas categorias de unidades de participação sendo que, para as unidades de participação – categoria A a comissão de gestão é de 0,75% e para as unidades de participação – categoria C a comissão de gestão é de 0,23%.
- A partir de 1 de julho de 2020, o Fundo deixou de cobrar comissões de subscrição e de resgate aos participantes.
- O fundo passou a suportar comissões de manutenção de saldos de conta desde o mês de agosto de 2020.

Custos e Proveitos

Descritivo	2022-06-30	2021-06-30	Variação	
			Absoluta	Relativa
Proveitos				
Juros e Proveitos Equiparados	2 022 131	1 288 476	733 655	57%
Rendimento de Títulos	0	0	0	0%
Ganhos em Operações Financeiras	1 878 008	1 675 997	202 011	12%
Reposição e Anulação de Provisões	0	0	0	0%
Outros Proveitos e Ganhos Correntes e Eventuais	0	0	0	0%
Total	3 900 138	2 964 473	935 666	32%
Custos				
Juros e Custos Equiparados	208 040	207 721	318	0%
Comissões e Taxas	725 512	814 060	-88 548	-11%
Comissão de gestão	605 407	746 843	-141 436	-19%
Comissão de depósito	29 978	36 622	-6 644	-18%
Outras comissões e taxas	90 128	30 596	59 532	195%
Perdas em Operações Financeiras	12 374 492	2 387 925	9 986 568	418%
Impostos	70 969	84 498	-13 529	-16%
Provisões para encargos	0	0	0	0%
Outros Custos e Perdas Correntes e Eventuais	2 056	3 078	-1 023	-33%
Total	13 381 069	3 497 282	9 883 787	283%
Resultado do Fundo	-9 480 931	-532 810	-8 948 121	1679%

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

Demonstração do Patrimônio

Descritivo	2022-06-30	2021-12-31
Valores mobiliários	131 583 464	152 545 030
Saldos bancários	25 865 224	34 218 041
Outros ativos	1 405 604	1 731 620
Total dos ativos	158 854 291	188 494 690
Passivo	212 637	433 884
Valor Líquido do OIC	158 641 654	188 060 806

Evolução dos ativos sob gestão

Descritivo	30.06.2022		31.12.2021	
	Valor	Peso Relativo	Valor	Peso Relativo
Instrumentos financeiros admitidos, em processo de admissão ou não admitidos à negociação em plataformas de negociação	132 987 228	83,72%	154 276 649	81,85%
Instrumentos Financeiros admitidos à negociação em Plataformas Negociação (PN)	132 987 228	83,72%	154 276 649	81,85%
<i>Títulos de dívida pública</i>	5 496 535	3,46%	3 434 418	1,82%
<i>Outros fundos públicos e equiparados</i>	1 986 693	1,25%	2 523 738	1,34%
<i>Obrigações diversas</i>	125 504 000	79,01%	148 318 493	78,69%
Instrumentos Financeiros não admitidos à negociação em PN	-	0,00%	-	0,00%
<i>Obrigações diversas</i>	-	0,00%	-	0,00%
Total do ativo	158 854 291	83,72%	188 494 690	81,85%

Valorimetria

Para dar cumprimento ao disposto no artigo 42.º do Regulamento CMVM n.º 2 / 2015, a SAM SGOIC, enquanto entidade responsável pela gestão do OIC identifica os seguintes critérios e metodologias adotados e os pressupostos utilizados para a valorização das diferentes categorias de ativo que integrem a carteira, com especial destaque para os valores não negociados em mercado regulamentado ou equiparados.

1. VALORES MOBILIÁRIOS

O valor da unidade de participação dos OIC geridos é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira. Para efeitos de valorização dos ativos que integram o património do OIC, as 17 horas GMT representam o momento de referência relevante do dia.

As fontes de preços são obtidas via sistema Bloomberg através da aplicação Data License, sem prejuízo de, segundo o tipo de ativo a avaliar, se utilizarem outros canais, como informações remetidas por market makers (email, correio) ou divulgadas em websites, ou outros.

Como regra, os valores mobiliários referidos na política de investimentos deverão ser admitidos à negociação no Mercado Regulamentado de qualquer Estado-membro da União Europeia, podendo

ainda ser admitidos à negociação noutros mercados, nomeadamente, e a título de exemplo: NYSE, Bolsa de Valores de Zurique, Bolsa de Valores de Tóquio e Bolsa de Valores de São Paulo.

FUNDOS DE INVESTIMENTO DE TERCEIROS

O presente número aplica-se a todos os fundos não geridos pela SAM SGOIC – Fundos de Investimento geridos por terceiros, nomeadamente, Fundos Mobiliários, Exchange Trade Funds (ETFs), Fundos de Investimento Alternativo, Private Equity, Fundos de Investimento Imobiliário, Fundos de Capital de Risco, entre outros.

Em relação aos Fundos Mobiliários, não geridos pela SAM, e ETFs obtém-se a valorização através da Bloomberg utilizando o valor da última unidade de participação disponível no momento de referência relevante do dia, que em regra coincide com o valor de fecho do dia anterior (d-1).

Para os restantes tipos de fundos mencionados, como norma utiliza-se a informação disponibilizada pela sociedade gestora dos mesmos, via website, email, correio ou outro tipo de informação que permita aferir o valor a utilizar.

TÍTULOS DE DÍVIDA (OBRIGAÇÕES)

No caso de valores representativos de dívida, e quando a SAM considera que, por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflete o seu presumível valor de realização, ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que de acordo com os critérios implementados na SAM melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão (bid price), no momento de referência relevante do dia.

A cotação dos títulos de dívida será obtida com recurso a:

1) Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), onde a seleção dos contribuidores é feita com base naqueles que se consideram melhor refletirem a informação disponível no mercado, sendo sempre uma oferta presumível do valor de realização. Neste caso, também se aplica o mesmo critério de utilização do último preço disponível no momento de referência relevante do dia.

2) Junto de market makers que a SAM escolha, onde será utilizada a melhor oferta de compra dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção o valor médio das ofertas de compra.

Em ambas as situações referidas em 1) e 2) têm que ser observados os seguintes pressupostos:

- Excluem-se as ofertas de compra firmes de entidades que se encontram em relação de domínio ou de grupo com a SAM SGOIC;

- Desconsideram-se médias que incluam valores cuja composição e/ou critérios de ponderação sejam desconhecidos, tais como, BVAL, BGN.

No caso de instrumentos representativos de dívida, serão ainda considerados os seguintes mercados especializados: Mercado especial de dívida pública (MEDIP); MTS; outros mercados não regulamentados, com sistemas de liquidação reconhecidos e de utilização corrente, tais como Clearstream ou Euroclear, onde estejam salvaguardadas as condições que têm como objetivo assegurar a liquidez e a adequada avaliação dos títulos objeto de transação.

3) Na situação de indisponibilidade do referido nos pontos 1. e 2., poderão ocorrer duas situações distintas:

- Títulos que são valorizados com preços fornecidos por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Estes preços podem ser extraídos de páginas da Bloomberg ou recebidos via correio eletrónico;
- Aplicação de modelos teóricos que a SAM considere apropriados, atendendo às características do título. A título de exemplo, descontando os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título a uma taxa de juro que reflita o risco associado ao ativo. Com o objetivo de aferir da validade e fiabilidade do modelo, recorre-se à comparação direta com títulos semelhantes. A aprovação destes modelos é da competência do Comité de Riscos da SAM.

2. INSTRUMENTOS DO MERCADO MONETÁRIO

Para instrumentos do mercado monetário representativos de dívida, que sejam líquidos e transacionáveis, nomeadamente os bilhetes do tesouro, normalmente utilizam-se as cotações obtidas através de Sistemas internacionais de informação de cotações como a Bloomberg (via Data License), seguindo os critérios já explicados para os títulos representativos de dívida.

Para os restantes instrumentos do mercado monetário, com prazo inferior a um ano, cujo valor possa ser determinado com precisão a qualquer momento, nomeadamente, certificados de depósito, papel comercial, e depósitos a prazo, a sua valorização será efetuada, na falta de preços de mercado, com base no reconhecimento diário do rendimento inerente à operação.

3. INSTRUMENTOS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados cotados deverão ser negociados em Bolsas e mercados regulamentados da União Europeia. Acessoriamente poderá investir ainda nos mercados CBOT, EUREX, Hong Kong Futures Exchange, Tokyo International Financial Futures Exchange e LIFFE.

O OIC poderá ainda transacionar instrumentos financeiros derivados fora de mercado regulamentado

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de junho de 2022

e de sistema de negociação multilateral desde que satisfaça os seguintes requisitos:

1. Os ativos subjacentes sejam instrumentos financeiros tais como índices financeiros, taxas de juro, de câmbio ou divisas nos quais o fundo possa efetuar as suas aplicações, nos termos dos documentos constitutivos;
2. As contrapartes nas operações sejam instituições autorizadas e sujeitas a supervisão prudencial, de acordo com critérios definidos pela legislação da União Europeia, ou sujeitas a regras prudenciais equivalentes; e
3. Os instrumentos estejam sujeitos a avaliação diária fiável e verificável e possam ser vendidos, liquidados ou encerrados a qualquer momento pelo seu justo valor, por iniciativa do fundo.

Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á a última cotação divulgada pelos respetivos mercados no momento de referência relevante do dia. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela SAM, esta seguirá um dos dois métodos:

- 1) Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do OIC das ofertas de compra e venda difundidas por um market maker da escolha da Sociedade Gestora;
- 2) Valores obtidos utilizando modelos teóricos que, no entender da Sociedade Gestora sejam considerados adequados às características do instrumento a valorizar. Estes modelos consistem na atualização dos cash-flows futuros para calcular o valor atual das posições em carteira, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

4. CÂMBIOS

No que respeita à valorização cambial, os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados em função das últimas cotações conhecidas no momento de referência relevante do dia de valorização, divulgadas pelo Banco de Portugal, ou alternativamente, por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, como a Bloomberg.

A valorização dos forwards cambiais é feita diariamente, calculando o diferencial entre a taxa cambial contratada e a taxa spot.

Erros de valorização

No exercício económico findo a 30 de junho de 2022 não houve publicidade de erros na valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo, conforme divulgado no site da CMVM.

Factos Relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumentou a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.

Eventos subsequentes

Para o período ocorrido entre o termo do período de relato (30 de junho) e o da elaboração do presente Relatório, mais precisamente em 8 de agosto de 2022, o Fundo Santander Multicrédito modificou a sua Política de Investimento, relativamente à respetiva Categorização SFDR (*Sustainable Finance Disclosure Regulation*). Desde essa data (8 de agosto de 2022), o OIC passou a promover características ambientais e/ou sociais, enquadrando-se na classificação do Artigo 8º Regulamento (UE) 2019/2088.

Lisboa, 29 de agosto de 2022

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito** (ou Fundo), gerido pela Santander Asset Management - SGOIC, SA (a Sociedade Gestora), que compreendem o balanço, em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 158 854 291 euros e um total de capital do Fundo de 158 641 655 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9 480 931 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao semestre findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações Santander Multicrédito**, em 30 de junho de 2022, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao semestre findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os fundos de investimento mobiliário; (ii) elaboração do

relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Sociedade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do Fundo;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se

concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades;

- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo


Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro, devemos pronunciar-nos sobre o seguinte:

- (i) o adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do organismo de investimento coletivo;
- (ii) a adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do organismo de investimento coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos imobiliários;
- (iii) o controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;

- (iv) o cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- (v) o controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- (vi) o controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- (vii) o cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2022

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Guilherme Melo de Oliveira', is written over a horizontal line. The signature is stylized and extends above and below the line.

João Guilherme Melo de Oliveira
(ROC n.º 873, inscrito na CMVM sob o n.º 20160494),
em representação de BDO & Associados - SROC

**III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES
SANTANDER MULTICRÉDITO REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE
2022**

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Data: 2022-06-30

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código		2022-06-30	2021-12-31	Código		2022-06-30	2021-12-31
	Operações Cambiais				Operações Cambiais		
911	À vista			911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)			912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais			913	Swaps cambiais		
914	Opções			914	Opções		
915	Futuros			915	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro				Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)			921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro			922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro			923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções			924	Opções		
925	Futuros			925	Futuros		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações				Operações Sobre Cotações		
934	Opções			934	Opções		
935	Futuros			935	Futuros	4 839 197	
	<i>Total</i>				<i>Total</i>	4 839 197	
	Compromissos de Terceiros				Compromissos Com Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)			941	Subscrição de títulos		
944	Valores recebidos em garantia			942	Operações a prazo (reporte de valores)		
945	Empréstimos de títulos			943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>				<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>				<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	4 839 197	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	4 839 197		99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO
ABERTO DE OBRIGAÇÕES SANTANDER MULTICRÉDITO REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 2022-06-30

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		2022-06-30	2021-06-30	Código		2022-06-30	2021-06-30
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+...+718	De Operações Correntes	208 040	207 721	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 020 308	1 288 476
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+817+818	De Operações Correntes	1 823	
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	731	619		Rendimentos de Títulos e Outros Activos		
724+...+728	Outras, de Operações Correntes	723 051	813 441	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos		
729	De Operações Extrapatrimoniais	1 730		829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	12 095 716	2 387 925	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	1 545 817	1 675 997
731+738	Outras, em Operações Correntes			831+838	Outros, em Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	278 777		839	Em Operações Extrapatrimoniais	332 191	
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Imposto sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais			851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	70 969	84 498	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes		
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>3 900 138</u>	<u>2 964 473</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	2 056	3 078	89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>13 381 069</u>	<u>3 497 282</u>		<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
79	Outros Custos e Perdas das SIM						
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>						
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período			66	Resultado Líquido do Período	<u>9 480 931</u>	<u>532 810</u>
	TOTAL	<u>13 381 069</u>	<u>3 497 282</u>		TOTAL	<u>13 381 069</u>	<u>3 497 282</u>
(8x2/3/4/5)-(7x2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	(8 530 323)	575 929	F-E	Resultados Eventuais [(F)-(E)]		
8x9-7x9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	51 685		B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes de Impostos	(9 409 961)	(448 312)
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	(9 480 931)	(532 810)	B+D+F-A-C-E	Resultado Líquido do Período	(9 480 931)	(532 810)

**V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO FUNDO DE INVESTIMENTO
MOBILIÁRIO ABERTO DE OBRIGAÇÕES SANTANDER MULTICRÉDITO REFERENTE
AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022**

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-06-2022	30-06-2021
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	1 212 305	15 779 986
Subscrições de unidades de participação	1 212 305	15 779 986
Comissão de Subscrição		
Comissão de Resgate		
PAGAMENTOS:	(21 342 334)	(19 232 002)
Resgates de unidades de participação	(21 342 334)	(19 232 002)
Rendimentos pagos aos participantes		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	(20 130 029)	(3 452 016)
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
RECEBIMENTOS:	43 184 936	50 121 822
Venda de títulos e outros ativos da carteira	20 356 461	18 557 331
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	20 480 000	30 195 000
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira		
Juros e proveitos similares recebidos	2 348 475	1 369 492
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
PAGAMENTOS:	(30 608 969)	(51 621 025)
Compra de títulos e outros ativos da carteira	(30 323 806)	(51 395 910)
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	(208 019)	(207 721)
Comissões de Bolsa suportadas		
Comissões de corretagem		
Outras taxas e comissões	(77 145)	(17 394)
Fluxo das Operações da Carteira de Títulos e Outros Ativos	12 575 967	(1 499 203)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	894 974	0
Operações cambiais	842 814	
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	52 160	
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
PAGAMENTOS:	(944 621)	0
Operações cambiais	(817 195)	
Operações de taxa de juro		
Operações sobre cotações	(125 690)	
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de futuros	(1 737)	
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	(49 647)	0
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	0	0
Juros de depósitos bancários		
Impostos e Taxas		
Outros recebimentos correntes		
PAGAMENTOS:	(749 108)	(890 989)
Juros Disp./Emprst.	(9)	
Comissão de gestão	(651 257)	(782 372)
Comissão de depósito	(32 210)	(38 361)
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	(62 635)	(70 087)
Outros pagamentos correntes	(2 997)	(169)
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	(749 108)	(890 989)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	(8 352 817)	(5 842 208)
Disponibilidades no Início do Período:	34 218 041	9 231 683
Disponibilidades no Fim do Período:	25 865 224	3 389 475

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

VI - DIVULGAÇÕES ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022
(valores expressos em euros)

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o período findo em 30 de junho de 2022 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	2021-12-31	Subscrições		Resgates		Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	2022-06-30
		Categoria A	Categoria C	Categoria A	Categoria C				
Valor base	177 344 854	1 175 026	-	(20 275 106)	-	-	-	-	158 244 774
Diferença p/Valor Base	6 263 413	37 279	-	(875 420)	-	-	-	-	5 425 272
Resultados distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados acumulados	6 168 393	-	-	-	-	-	(1 715 854)	-	4 452 539
Resultados do período	(1 715 854)	-	-	-	-	-	1 715 854	(9 480 931)	(9 480 931)
Total	188 060 807	1 212 305	-	(21 150 526)	-	-	-	(9 480 931)	158 641 654
Nº de Unidades participação									
Categoria A	32 562 128	235 005	-	(4 055 021)	-	-	-	-	28 742 112
Categoria C	2 906 843	-	-	-	-	-	-	-	2 906 843
Valor Unidades participação									
Categoria A	5,3254	5,1586	-	5,2159	-	-	-	-	5,0360
Categoria C	5,0414	-	-	-	-	-	-	-	4,7803

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	Número de participantes	
	Categoria A	Categoria C
Ups >= 25%	-	1
10% <= Ups < 25%	-	-
5% <= Ups < 10%	-	-
2% <= Ups < 5%	-	-
0.5% <= Ups < 2%	2	-
Ups < 0.5%	23 875	-
TOTAL	23 877	1

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo foi o seguinte:

Ano	Data	Categoria A			Categoria C			Total	
		VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Valor da UP	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
2022	30/jun/22	144 746 158	5,0360	28 742 112	13 895 496	4,7803	2 906 843	158 641 654	31 648 955
	31/mai/22	149 809 406	5,1507	29 085 127	14 205 640	4,8870	2 906 843	164 015 046	31 991 970
	30/abr/22	154 206 360	5,1699	29 827 573	14 252 061	4,9029	2 906 843	168 458 422	32 734 416
	31/mar/22	157 984 218	5,2235	30 245 012	14 393 297	4,9515	2 906 843	172 377 515	33 151 855
	28/fev/22	162 377 182	5,2357	31 013 195	14 420 470	4,9609	2 906 843	176 797 652	33 920 038
	31/jan/22	168 732 789	5,2991	31 841 600	14 588 999	5,0188	2 906 843	183 321 787	34 748 443
2021	31/dez/21	173 406 225	5,3254	32 562 128	14 654 581	5,0414	2 906 843	188 060 807	35 468 971
	30/set/21	183 939 381	5,3452	34 412 140	14 689 019	5,0533	2 906 843	198 628 400	37 318 982
	30/jun/21	192 745 861	5,3586	35 969 324	14 705 869	5,0591	2 906 843	207 451 730	38 876 167
	31/mar/21	197 964 221	5,3617	36 921 665	14 694 604	5,0552	2 906 843	212 658 824	39 828 508
2020	31/dez/20	196 649 770	5,3731	36 598 707	14 706 217	5,0592	2 906 843	211 355 987	39 505 550
	30/set/20	182 352 811	5,3456	34 112 991	14 610 787	5,0263	2 906 843	196 963 597	37 019 833
	30/jun/20	178 225 844	5,3107	33 559 654	14 495 796	4,9868	2 906 843	192 721 640	36 466 497
	31/mar/20	169 970 430	5,1932	32 729 519	14 155 882	4,8698	2 906 843	184 126 312	35 636 362

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de junho de 2022 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01 - Instr.Fin.Cotados,em Admis. e Não Cotad.						
01.01 - Instrumentos Financeiros Cotados						
01.01.01 - Títulos de dívida pública						
ESM0% 22/12/22	5 497 607	-	(1 072)	5 496 535	-	5 496 535
	5 497 607	-	(1 072)	5 496 535	-	5 496 535
01.01.02 - Outros fundos públicos e equiparados						
BATS1 1,125 16/11/23	2 045 400	-	(72 700)	1 972 700	13 993	1 986 693
	2 045 400	-	(72 700)	1 972 700	13 993	1 986 693
01.01.03 - Obrigações diversas						
EDPPL 4.496 30/4/79	425 400	-	(36 400)	389 000	3 055	392 055
GALPPL 2 15/01/26	1 584 525	-	(159 195)	1 425 330	13 726	1 439 056
ISLBAN 0,75 25/03/25	1 498 170	-	(90 660)	1 407 510	4 839	1 412 349
CMZB 4 23/3/26	1 132 170	-	(152 370)	979 800	10 959	990 759
ALV 5.625 17/10/42	1 034 900	-	(22 150)	1 012 750	39 606	1 052 356
BAYNGR 3.75% 01/7/74	528 300	-	(76 425)	451 875	18 750	470 625
ALVGR 4,75 PERP	1 647 630	-	(139 185)	1 508 445	48 801	1 557 246
VOWIBA 2,75 06/10/27	1 027 060	-	(84 560)	942 500	20 192	962 692
ZFFNGR 2,75 27/4/23	1 042 330	-	(63 580)	978 750	4 897	983 647
NESVFH 1,5 07/06/24	517 480	-	(20 575)	496 905	493	497 398
BFCM 1% 23/05/25	1 498 980	-	(50 625)	1 448 355	1 603	1 449 958
KBCBB 0,5% 03/12/29	298 209	-	(25 563)	272 646	863	273 509
AIB 1.25% 28/05/24	1 023 100	-	(48 050)	975 050	1 164	976 214
BACRED 5,75 18/04/23	2 178 360	-	(120 860)	2 057 500	23 315	2 080 815
HEIBOS 3.248 PERP	1 043 860	-	(437 610)	606 250	11 746	617 996
NGGLN 1,625 06/12/79	1 527 480	-	(166 230)	1 361 250	13 890	1 375 140
CEIFP 3,125% 20/3/23	1 560 735	-	(60 585)	1 500 150	13 228	1 513 378
CNPFP 4,25 05/06/45	2 286 420	-	(273 920)	2 012 500	6 055	2 018 555
BFCM 04/02/25	962 742	-	(27 679)	935 063	1 987	937 050
PEUGOT 2% 23/03/24	426 028	-	(28 712)	397 316	2 192	399 508
INGFP 1 5/8 09/13/24	1 569 405	-	(101 220)	1 468 185	19 433	1 487 618
CMARK 1.875 25/10/29	1 041 578	-	(94 258)	947 320	12 791	960 111
BNP 1 29/11/24	2 054 160	-	(136 820)	1 917 340	11 726	1 929 066
EDF 4 PERP	1 074 910	-	(154 280)	920 630	29 589	950 219
CMARK 1.625 15/4/26	1 597 200	-	(169 950)	1 427 250	5 142	1 432 392
AUCHAN 2.375 25/4/25	1 036 700	-	(71 480)	965 220	4 360	969 580
RENAUL 1.25 24/06/25	397 276	-	(49 648)	347 628	96	347 724
QDTFP 2.25% 03/02/25	516 735	-	(49 020)	467 715	4 562	472 277
FRLBP 0.875 26/01/31	499 340	-	(63 775)	435 565	1 870	437 435
ILDFF 0.75 11/02/24	497 410	-	(27 410)	470 000	1 438	471 438
SOCGEN 1.125 30/6/31	695 765	-	(96 369)	599 396	22	599 418
NYKRE 0.25 13/01/26	1 498 020	-	(138 285)	1 359 735	1 736	1 361 471
NYKRE 0.875 28/07/31	1 484 760	-	(158 505)	1 326 255	12 154	1 338 409
TELEFO 5 7/8 PERP	558 170	-	(61 920)	496 250	7 404	503 654
ERFFP 2.875 PERP	1 535 835	-	(48 015)	1 487 820	34 618	1 522 438
BPPEHX 0,50 12/09/23	2 018 940	-	(72 800)	1 946 140	8 000	1 954 140
CRDEM 1.5% 25/10/25	258 478	-	(18 595)	239 883	2 558	242 441
KPN 2 PERP	1 535 085	-	(152 265)	1 382 820	11 753	1 394 573
CCK 0.75 15/02/23	1 005 570	-	(23 070)	982 500	2 833	985 333
NNGRNV 4.375 PERP	1 079 375	-	(99 375)	980 000	2 158	982 158
AIB 1.875 19/11/29	199 160	-	(14 110)	185 050	2 301	187 351
CVALIM 2% 27/11/22	2 360 388	-	(58 042)	2 302 346	27 222	2 329 568
CLNXSM 1 20/04/27	193 940	-	(29 322)	164 618	395	165 013
GAS 4.125%30/11/2049	523 275	-	(28 275)	495 000	12 714	507 714
LAMON 5.05 PERP	1 766 535	-	(280 275)	1 486 260	40 677	1 526 937
RACE 1,5 27/05/25	1 563 030	-	(112 110)	1 450 920	2 158	1 453 078
OPBANK 1.625 09/6/30	2 021 584	-	(158 644)	1 862 940	1 959	1 864 899
VTRS 1.023 23/06/24	1 439 348	-	(95 278)	1 344 070	314	1 344 384
LOGICR 1,5 13/07/26	967 800	-	(68 460)	899 340	14 507	913 847

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto - Santander Multicrédito

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos Valias	Valor da carteira	Juros corridos	Total
01.01.03 - Obrigações diversas						
TELEFO 3 PERP	1 449 262	-	(93 012)	1 356 250	24 049	1 380 299
DEVOBA 1.75 22/10/30	1 579 635	-	(203 325)	1 376 310	18 123	1 394 433
BERTEL 3 23/04/75	1 561 020	-	(128 520)	1 432 500	8 507	1 441 007
ERFFP 4,875 PERP	1 582 600	-	(99 475)	1 483 125	12 622	1 495 747
VOD 2.625 27/08/80	1 790 090	-	(228 590)	1 561 500	39 871	1 601 371
JYBC 0.375 15/10/25	998 500	-	(46 550)	951 950	2 661	954 611
CAZAR 2,75 23/07/30	508 750	-	(69 750)	439 000	12 921	451 921
HSBC 0.309 13/11/26	400 000	-	(36 920)	363 080	779	363 859
ISLBAN 0.5 20/11/23	1 394 874	-	(30 537)	1 364 337	4 261	1 368 599
ARION 0.625 27/05/24	1 331 720	-	(57 372)	1 274 348	799	1 275 147
CTPNV 0.625 27/11/23	1 006 630	-	(70 830)	935 800	3 699	939 499
UCAJLN2.875 13/11/29	1 033 490	-	(117 360)	916 130	18 116	934 246
EZJLN 1,875 03/03/28	517 750	-	(111 135)	406 615	3 082	409 697
ASSGEN 5,50 27/10/47	1 244 360	-	(235 610)	1 008 750	37 219	1 045 969
ATL 1.875 4/11/25	1 361 337	-	(152 441)	1 208 896	15 961	1 224 857
CCBGBB 0.375 02/9/25	897 912	-	(63 756)	834 156	2 792	836 948
ARGSPA 1% 13/10/26	1 028 060	-	(123 830)	904 230	7 151	911 381
AIB 0.5 17/11/27	499 480	-	(65 995)	433 485	1 548	435 033
RYAID 0.875 25/05/26	1 015 550	-	(123 420)	892 130	887	893 017
BAC Float 24/08/25	2 036 360	-	(53 300)	1 983 060	1 376	1 984 436
TITIM 3,625 19/01/24	1 071 190	-	(86 190)	985 000	16 188	1 001 188
BALDER Float 14/6/23	300 427	-	(9 595)	290 832	13	290 845
EZJLN 1.75 9/2/23	2 033 130	-	(48 130)	1 985 000	13 616	1 998 616
TNEMAK 2,25 20/07/28	500 375	-	(142 250)	358 125	10 664	368 789
ARION 0,375 14/07/25	500 570	-	(48 280)	452 290	1 808	454 098
RACE 1,5% 16/03/23	1 579 233	-	(29 698)	1 549 535	6 816	1 556 351
UCAJLN 4,5% 30/06/25	599 730	4 974	-	604 704	74	604 778
JYBC 0.05 02/09/26	1 495 110	-	(122 790)	1 372 320	621	1 372 941
BATSLN 3 PERP	1 491 180	-	(396 180)	1 095 000	22 932	1 117 932
BZUIM 2.125 28/4/23	1 018 900	-	(17 060)	1 001 840	3 726	1 005 566
OI 3,125 15/11/24	519 945	-	(45 570)	474 375	1 997	476 372
HEIBO 0,625 24/07/25	1 039 499	-	(129 521)	909 978	2 819	912 797
GS Float 07/02/25	1 661 988	-	(21 444)	1 640 544	1 404	1 641 948
GM 1 24/02/25	705 520	-	(38 562)	666 958	2 456	669 414
GS 1,25 01/05/25	1 537 500	-	(80 130)	1 457 370	3 134	1 460 504
TITIM 2,5 19/07/23	1 041 720	-	(51 720)	990 000	23 767	1 013 767
CLNXSM2,875 18/04/25	1 080 860	-	(105 530)	975 330	5 829	981 159
ISPIM 4.45 15/09/27	1 564 425	-	(56 070)	1 508 355	52 851	1 561 206
TELIAS 3% 04/04/78	1 063 680	-	(59 393)	1 004 287	7 356	1 011 643
LEVI 3.375 15/03/27	506 750	-	(47 375)	459 375	4 969	464 344
VW 2.7 PERP	2 008 562	-	(41 902)	1 966 660	29 441	1 996 101
RBIAV 6,125 PERP	625 290	-	(139 290)	486 000	1 607	487 607
BACR 2% 07/02/28	1 537 635	-	(55 080)	1 482 555	11 836	1 494 391
ENELIM 2,50 PERP	2 094 020	-	(154 020)	1 940 000	30 000	1 970 000
FERSM 2,124 PERP	489 200	-	(71 075)	418 125	1 397	419 522
AOXGR 1.5 15/11/27	709 821	-	(152 481)	557 340	6 559	563 899
ORSTED 2,25 24/11/17	2 108 280	-	(185 660)	1 922 620	27 000	1 949 620
IBESM 1.875 PERP	1 532 625	-	(62 625)	1 470 000	3 082	1 473 082
PCIM 1.375 25/01/23	710 752	-	(9 373)	701 379	4 140	705 519
AKFAST 3.875 5/10/78	531 026	-	(59 146)	471 880	14 336	486 216
LKQ 4,125 01/04/28	1 057 006	-	(110 756)	946 250	10 313	956 562
VW 3.375 PERP	1 601 475	-	(210 225)	1 391 250	555	1 391 805
ODGR 1.75 05/07/25	748 790	-	(59 066)	689 724	12 116	701 840
INFLN 1.5 05/07/23	1 124 519	-	(42 449)	1 082 070	16 319	1 098 389
BKIR 10 19/12/22	2 248 040	-	(173 040)	2 075 000	106 301	2 181 301
VOD 3.1 03/01/79	2 091 680	-	(176 680)	1 915 000	30 405	1 945 405
IBESM 3,25% PERP	546 000	-	(68 500)	477 500	6 188	483 688
DLR 2.5 16/01/26	1 096 980	-	(133 060)	963 920	11 370	975 290
ACHMEA 6 04/04/43	1 072 152	-	(60 902)	1 011 250	14 466	1 025 716
TELEFO 4.375% PERP	706 860	-	(33 110)	673 750	9 146	682 896
ORSTED 6,25 26/6/3013	568 114	-	(58 739)	509 375	428	509 803
BKIASM 3,75 15/02/29	1 078 390	-	(90 260)	988 130	13 973	1 002 103
IMBLN 1.125 14/8/23	1 516 320	-	(33 285)	1 483 035	14 841	1 497 876
BGAV 2,375 26/03/29	1 566 840	-	(110 850)	1 455 990	9 467	1 465 457
VW 5 1/8 PERP	560 945	-	(60 945)	500 000	21 062	521 062
AMXLM6,375 06/09/73	1 120 020	-	(106 270)	1 013 750	52 048	1 065 798
TTEFP 1,75 PERP	1 544 715	-	(132 840)	1 411 875	6 329	1 418 204
NIBCAP 2 09/04/24	1 717 846	-	(32 055)	1 685 791	7 732	1 693 523
	135 096 665	4 974	(10 987 410)	124 114 229	1 389 771	125 504 000
01.03 - Instrumentos Financeiros Não Cotados						
01.03.03 - Obrigações diversas						
Somec/94	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
TOTAL	142 639 671	4 974	(11 061 182)	131 583 463	1 403 764	132 987 228

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o período findo em 30 de junho de 2022 foi o seguinte:

Descrição	2021-12-31	Aumentos	Reduções	2022-06-30
Numerário	-	-	-	-
Depósitos à ordem	34 218 041	45 892 893	54 245 710	25 865 224
Depósitos a prazo e com pré-aviso	-	-	-	-
Certificados de depósito	-	-	-	-
Outras contas de disponibilidades	-	-	-	-
TOTAL	34 218 041	45 892 893	54 245 710	25 865 224

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pela Lei nº 16/2015 de 24 de fevereiro e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Coletivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos ativos que compõem a carteira do Fundo é efetuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de ativos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.

- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos ativos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respetiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respetivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os ativos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação *Black-Scholes*, à exceção dos *Credit Default Swaps* com maturidade inferior a doze meses os

quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respetivamente.

c) Contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de Futuros são refletidas em contas extrapatrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do exercício na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários refletidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respetivos contratos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de junho de 2022, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a Prazo	
JPY	359 095 600	-	-	-	-	-	359 095 600
USD	3 485 720	-	-	-	-	-	3 485 720
Contravalor Euro	5 892 909	-	-	-	-	-	5 892 909

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de junho de 2022 o Fundo detinha ativos de juro fixo cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	20 836 630	-	-	(4 839 197)	-	15 997 433
de 1 a 3 anos	31 563 908	-	-	-	-	31 563 908
de 3 a 5 anos	17 215 739	-	-	-	-	17 215 739
de 5 a 7 anos	9 219 830	-	-	-	-	9 219 830
mais de 7 anos	50 233 892	-	-	-	-	50 233 892

O valor apresentado inclui o valor total do ativo em carteira incluindo o respetivo juro decorrido.

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 2/2015, ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e
- Valor de posições equivalentes nos ativos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de junho de 2022:

	Perda potencial no final do período em análise	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira sem derivados	158 641 654	188 060 807
Carteira com derivados	153 802 457	188 060 807
	3,05%	0,00%

Nota 15 – Custos Imputados

Até 30 de junho de 2022 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Encargos	Categoria A		Categoria C	
	Valor	%VLGF ⁽¹⁾	Valor	%VLGF ⁽¹⁾
Comissão de Gestão Fixa	612 613	0,39%	17 010	0,12%
Comissão de Depósito	28 589	0,02%	2 588	0,02%
Taxa de Supervisão	11 960	0,01%	1 083	0,01%
Custos de Auditoria	1 859	0,00%	168	0,00%
Encargos outros OIC	-	-	-	-
Outros Custos Correntes	110 201	0,07%	9 976	0,07%
TOTAL	765 222		30 825	

⁽¹⁾ Valor médio relativo ao período de referência

Nota 17 – Factos relevantes

1) Efeitos do conflito militar Rússia-Ucrânia

A invasão da Ucrânia por parte da Rússia e subsequente guerra trouxe um elemento adicional de incerteza ao ambiente de volatilidade de 2022. As sanções levantadas pela União Europeia e EUA ao gás natural e petróleo russo aumentaram a pressão sobre os bancos centrais para normalizarem as suas políticas acomodativas e em resultado, no decorrer dos primeiros seis meses do corrente ano, a Reserva Federal aumento a sua taxa diretora em 150 pontos base, enquanto que o Banco Central Europeu sinalizou a sua intenção de eliminar a taxa de depósito negativa.

Para a indústria de gestão de ativos, a volatilidade provocada nas taxas core de curto prazo (2 anos) materializou-se num dos semestres mais difíceis de sempre, fruto da queda paralela entre obrigações e ações e a inexistência de ativos de refúgio. Apenas os ativos de matérias-primas, ausente da maioria das políticas de investimento dos produtos geridos, permitiu aos investidores realizar ganhos até ao fim de junho de 2022.

2) Impacto nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora acompanhou a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que os efeitos, já conhecidos, das circunstâncias decorrentes do aumento das tensões geopolíticas, encontram-se reconhecidos nas Demonstrações Financeiras de 30 de junho de 2022 do Fundo e o seu impacto foi moderado.

3) Reconsideração da Continuidade

O Conselho de Administração da Sociedade Gestora continuará a acompanhar a evolução da situação económica nacional e internacional e os seus efeitos nos mercados financeiros, considerando que as atuais circunstâncias decorrentes das tensões geopolíticas não colocam em causa a continuidade das operações do Fundo.